



SABROSA
Município

Terra de Fernão Magalhães

Câmara Municipal de Sabrosa




Relatórios de gestão
Conta de gerência de 2014

MUNICIPIO DE SABROSA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

Abril 2015



Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a signature that appears to be 'Ferreira' and a small number '1' at the bottom.

RELATÓRIO DE GESTÃO¹ 2014

1. INTRODUÇÃO

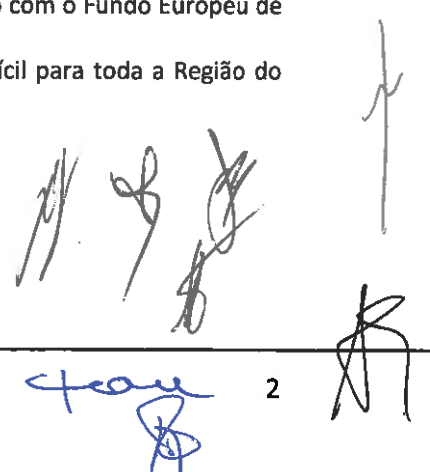
No cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, designadamente o que refere a alínea i) do n.º 2 do artigo 25º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33º e da Lei 75/2013 de 12 de Setembro na sua atual redação, foram elaborados os documentos da prestação de contas relativos ao exercício económico de 2014 para apreciação pela Câmara Municipal de Assembleia Municipal em Abril de 2015.

A lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – LOPTC), na sua atual redação determina, no artigo 52º que *“1. As contas serão prestadas por anos económicos e elaboradas pelos responsáveis pela respetiva gerência (...)”*. De forma a dar cumprimento ao n.º1 do artigo 76º da Lei 73/52013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, se elaboraram os documentos de prestação de contas de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da referida lei.

1.1 Linhas de Orientação e síntese da atividade desenvolvida

2014 Foi caracterizado por um ambiente macroeconómico e social extremamente difícil, pautado pelas limitações das Políticas Económicas e Financeiras, e pela introdução de nova legislação de forma avulsa que fragiliza a autonomia do poder local e também pela transição de Quadros Comunitários, transição que levou a que muitos municípios vissem os seus contratos de financiamento com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional postos em causa, tendo sido também um ano difícil para toda a Região do Norte, mas sobretudo para o Norte interior.

¹ Conforme DL N.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL)



2014 foi também marcado pela operacionalização das mudanças introduzidas pelas alterações do Regime Jurídico das Atribuições e Competências das Autarquias Locais e também pelo Regime Financeiro alterados em 2013, assim como pelas inúmeras mudanças legislativas com fortes consequências na autonomia, designadamente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, em que o município de Sabrosa pautou por, apesar das dificuldades, diminuir a dívida, mantendo as finanças municipais sem pagamentos em atraso.

Em 2014 manteve-se o contexto de turbulência europeu, nacional e regional, fazendo-se sentir localmente e obrigando os municípios a um enorme esforço de adaptação seja ao contexto das fortes restrições financeiras a que acresceu a manutenção da paragem verificada na gestão do Programa Operacional do Norte no contexto da gestão do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Persistiu o contexto de risco económico e social e o flagelo do desemprego, obscurecido pela ameaça de mais encerramentos de serviços públicos em municípios de baixa densidade, e de um recuo nunca antes registado do estado em territórios híper-difusos. Exemplo disso foi o encerramento do Tribunal de Sabrosa.

Apesar deste contexto, o município de Sabrosa dedicou, em 2014, especial atenção a ações municipais tendentes ao aproveitamento de medidas que, apesar de pontuais e transitórias, permitiriam uma contribuição para o aumento de oportunidades de trabalho no território. Direta e indiretamente, o município de Sabrosa foi motor para que o terceiro sector e instituições do concelho pudessem, juntos, estancar, dentro dos possíveis, a ferida do desemprego jovem. Foram mantidos diversos protocolos, fornecendo um contributo para a fixação de jovens no concelho de Sabrosa. Foi também possível finalizar investimentos relevantes em áreas prioritárias: Estímulo ao emprego, investimento na educação, desporto e cultura, transportes escolares, regeneração urbana, entre outros.

Apesar das dificuldades, e sem que tivesse havido aumento de receitas por via de cobrança de derrama, ou do aumento em 2014 da taxa de imposto municipal sobre imóveis ou de outros impostos, tendo sido devolvida a participação variável de IRS – na totalidade – aos municípios, houve necessidade de fazer face

à contribuição do município de Sabrosa para o Fundo de Apoio Municipal. Tal como consta dos documentos da prestação de contas, o valor da receita líquida de Imposto sobre Imóveis diminuiu em 2014, o que veio a revelar-se uma lacuna na medida em que prevê a lei que é o aumento de IMI – que como se disse, não se verificou no ano de 2014 para o município de Sabrosa, (tendo diminuído), – que serve, também, para as contribuições de cada município para o Fundo de Apoio Municipal.

No entanto, Sabrosa reduziu, em 2014, a sua dívida de empréstimos e fornecedores e outros credores em mais de meio milhão de euros, tendo sido possível manter o apoio financeiro às juntas de freguesia e o apoio, através de disponibilização de equipamento e mão-de-obra a diversos investimentos nas freguesias, tendo-se mantido também todos os serviços ao cidadão, bem como o apoio às instituições do concelho.

1.2 Relatório de Gestão

Segundo o POCAL, o relatório de gestão deverá incluir comparabilidade entre os objetivos traçados pela autarquia, os meios e métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos. O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro institui, nos artigos 76º e 77º, a certificação legal de contas por auditor externo, razão pela qual os documentos da prestação de contas são acompanhados pelo parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas a quem compete, segundo a alínea e) do n.º 2 do artigo 77º, emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinadas pela assembleia municipal. Segundo o n.º 4 do citado artigo 77º, compete, ainda, ao auditor externo pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei. O município de Sabrosa encetou desde 2012 um procedimento de auditoria externa às contas, mas só a partir da entrada em vigor do regime financeiro atual se iniciou um trabalho tendente



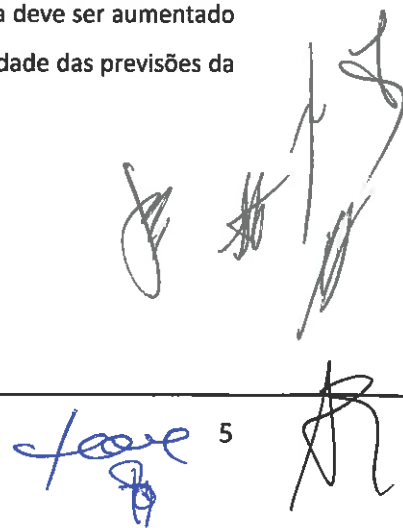
à certificação legal de contas, sendo a presente conta de gerência a primeira a ser certificada nos termos da legislação em vigor. Para tal, foram necessários trabalhos de correção de situações detetadas pelos revisores oficiais de contas, tendo sido efetuados os procedimentos de final de exercício respeitantes à contabilização da especialização de custos e proveitos do exercício através dos acréscimos e diferimentos, assim como contabilização das provisões do exercício. Alerta-se, desta forma, para o facto de algumas contas deste exercício não serem comparáveis com as de exercícios anteriores, designadamente as contas acima referidas.

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL DESENVOLVIDA PELA AUTARQUIA

Orçamento da Receita: estrutura e evolução

Exercícios	2012		2013		2014	
Descrição	Receita Cobrada Líquida					
RECEITAS CORRENTES	4.774.700,82 €	<small>Grau de Execução fin receita</small>	6.221.372,45 €	<small>Grau de Execução fin receita</small>	6.126.228,94 €	<small>Grau de Execução fin receita</small>
RECEITAS DE CAPITAL	2.409.253,93 €		1.603.504,00 €		1.351.100,23 €	
OUTRAS RECEITAS	236.274,69 €		561.532,29 €		41.977,65 €	
reposições não abatidas nos pagam	6.531,29 €	58,80%	3.678,00 €	65,40%	31.253,19 €	70,60%
saldo da gerência anterior	229.743,40 €		557.854,29 €		10.724,46 €	
TOTAL	7.420.229,44 €		8.386.408,74 €		7.519.306,82 €	

Com a entrada em vigor do Regime Financeiro das autarquias locais e das Entidades Intermunicipais foi instituído um mecanismo de alerta precoce e desvios (n.º 3 do artigo 56º da lei 73/2013, de 3 de setembro) no que respeita à taxa de execução da receita, sempre que a taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo seja inferior a 85%. Apesar de no capítulo da dívida total, como se verá adiante, não haver situações de desvios no município de Sabrosa, o grau de execução da receita deve ser aumentado para que seja igual ou superior a 85% e para que se aumente globalmente a fiabilidade das previsões da receita em sede de elaboração do orçamento.



Execução Orçamental da Receita

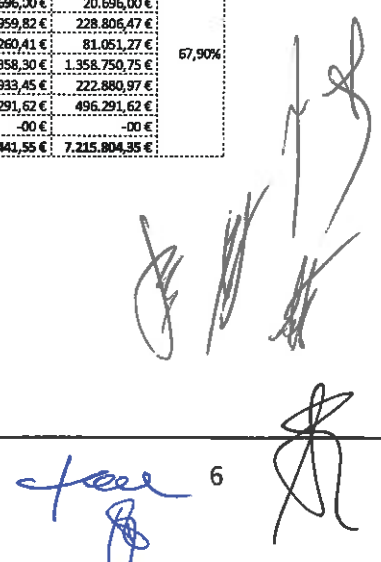
Designação	Cobrada Líquida	Taxa Execução
Impostos diretos	676.847,17	
Impostos indiretos	1.934,84	
Taxas, multas e outras penalidades	157.535,65	
Rendimentos de propriedade	506,17	
Transferências correntes	4.442.606,29	
Venda de bens e serviços correntes	629.621,27	
Outras receitas correntes	217.374,55	
Receitas correntes	6.126.425,94	84,6%
Venda de bens de investimento		
Tranferência de capital	1.351.100,23	
Ativos financeiros		
Passivos financeiros		
Outras receitas de capital		
Receitas de capital	1.351.100,23	39,9%
Reposições não abatidas aos pagamentos	31.253,19	
Saldo da gerência anterior	10.724,46	
Total	7.519.503,82	70,6%

A execução orçamental da receita tem vindo a aumentar nos últimos três anos, tendo atingido o valor global de 70.6% no exercício de 2014.

Orçamento da despesa: estrutura e evolução

Código	Exercício	2012			2013			2014		
		Compromissos assumidos no exercício	Despesa Paga	Grau de Execução Orçamental da Despesa	Compromissos assumidos no exercício	Despesa Paga	Grau de Execução Orçamental da Despesa	Compromissos assumidos no exercício	Despesa Paga	Grau de Execução Orçamental da Despesa
01	Despesas com o Pessoal	2.271.318,53 €	2.233.189,03 €		2.620.885,33 €	2.616.882,12 €		2.746.873,18 €	2.746.707,85 €	
02	Aquisição de Bens e Serviços	2.607.331,72 €	1.881.985,00 €		2.607.150,19 €	2.264.529,02 €		2.581.068,77 €	2.080.619,42 €	
03	Juros e outros encargos	197.686,52 €	105.386,93 €		126.709,11 €	126.392,32 €		20.696,00 €	20.696,00 €	
04	Transferências Correntes	701.851,87 €	476.962,40 €		456.942,56 €	411.645,74 €		270.959,82 €	228.806,47 €	
06	Outras Despesas Correntes	16.877,41 €	16.877,41 €		47.718,69 €	43.563,59 €		81.260,41 €	81.051,27 €	
07	Aquisição de Bens de Capital	2.065.452,48 €	1.319.904,99 €	55,56%	2.504.295,07 €	1.875.956,60 €	69,55%	1.645.358,30 €	1.358.750,75 €	67,90%
08	Transferências de Capital	382.071,49 €	205.712,78 €		395.594,00 €	371.896,07 €		238.933,45 €	222.880,97 €	
10	Passivos Financeiros	617.624,58 €	617.623,58 €		641.134,15 €	641.134,15 €		496.291,62 €	496.291,62 €	
11	Outras despesas de capital	12.500,00 €	12.500,00 €		30.384,67 €	30.384,67 €		-00 €	-00 €	
		8.872.714,40 €	6.870.142,12 €		9.430.813,77 €	8.382.384,28 €		8.081.441,55 €	7.215.804,35 €	

O orçamento da despesa teve uma execução global de 67.90%.



Execução do plano plurianual de investimentos

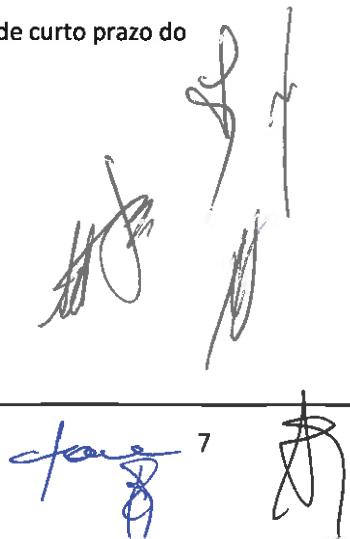
OBJ.	DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA E PROJECTO/AÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO		NÍVEL EXEC. FINANC. ANUAL(a) %	NÍVEL EXEC. FINANC. GLOBAL(a) %	
		ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANOS SEQUINTE	ANO			TOTAL
1.	Funções Gerais	471.975,15 €	262.500,00 €	734.475,15 €	6.533,33 €	283.393,36 €	289.926,69 €	60,04	39,13
1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	467.515,15 €	256.500,00 €	724.015,15 €	6.533,33 €	282.713,36 €	289.246,69 €	60,47	39,59
1.1.1.2.	Modernização de equipamento	392.991,11 €	244.500,00 €	637.491,11 €	6.533,33 €	282.713,36 €	289.246,69 €	71,94	44,91
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	4.460,00 €	6.000,00 €	10.460,00 €		680,00 €	680,00 €	15,25	6,50
2.	Funções Sociais	1.440.830,35 €	764.300,00 €	2.205.130,35 €	5.800,71 €	771.488,73 €	777.289,44 €	53,54	35,16
2.1.1.	Ensino não Superior	52.150,00 €	52.500,00 €	104.650,00 €		35.738,48 €	35.738,48 €	68,53	34,15
2.3.	Segurança e Acção Sociais	9.893,96 €	12.000,00 €	21.893,96 €		5.293,95 €	5.293,95 €	53,51	24,18
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1.163.218,57 €	633.300,00 €	1.796.518,57 €		618.788,05 €	618.788,05 €	53,20	34,44
2.4.1.	Habituação	6.700,00 €		6.700,00 €					
2.4.2.	Ordenamento do Território	999.918,57 €	297.300,00 €	1.297.218,57 €		584.391,59 €	584.391,59 €	58,44	45,05
2.4.3.	Saneamento	141.600,00 €	291.000,00 €	432.600,00 €		31.895,15 €	31.895,15 €	22,52	7,37
2.4.4.	Abastecimento de Água	15.000,00 €	45.000,00 €	60.000,00 €		2.501,31 €	2.501,31 €	16,68	4,17
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	215.567,82 €	66.500,00 €	282.067,82 €	5.800,71 €	111.668,25 €	117.468,96 €	51,80	40,81
2.5.1.	Cultura	192.517,82 €	3.500,00 €	196.017,82 €	5.800,71 €	99.095,86 €	104.896,57 €	51,47	51,98
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	23.050,00 €	63.000,00 €	86.050,00 €		12.572,39 €	12.572,39 €	54,54	14,61
3.	Funções Económicas	650.354,17 €	1.635.900,00 €	2.286.254,17 €		289.820,91 €	289.820,91 €	44,56	12,68
3.1.	Agricultura, Pecuária, Sívicultura, Caça e B	2.000,00 €	3.000,00 €	5.000,00 €					
3.2.	Indústria e Energia	82.000,00 €	60.000,00 €	142.000,00 €		1.578,34 €	1.578,34 €	1,92	1,11
3.3.	Transportes e Comunicações	565.354,17 €	1.542.900,00 €	2.108.254,17 €		288.242,57 €	288.242,57 €	50,98	13,67
3.4.	Comércio e Turismo	1.000,00 €	30.000,00 €	31.000,00 €					
4.	Outras Funções	17.800,00 €	42.000,00 €	59.800,00 €		14.047,75 €	14.047,75 €	78,92	23,49
	TOTAL.	2.580.959,67 €	2.704.700,00 €	5.285.659,67 €	12.334,04 €	1.358.750,75 €	1.371.084,79 €	52,65	25,88

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise do Balanço

O balanço e o sistema contabilístico espelham a situação patrimonial do município a 31 de dezembro de 2014. Em traços gerais, houve um aumento dos investimentos financeiros por via do FAM, tendo havido uma diminuição global da dívida do município retirando-se o valor reconhecido no passivo devido ao FAM, por imposição legal.

As dívidas de curto prazo, em 2014, englobam o montante exigível a curto prazo dos empréstimos de médio e longo prazo, pelo que o seu valor não é comparável com o valor das dívidas de curto prazo do ano anterior.



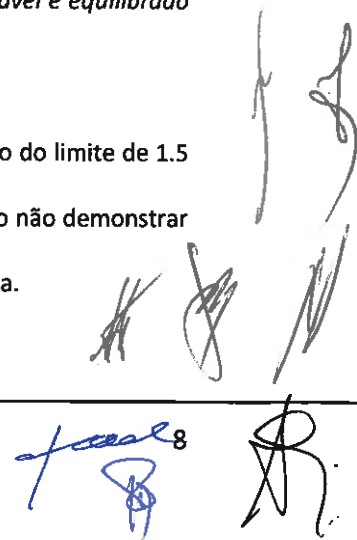
BALANÇO SINTETICO	2014		2013		Variação 2013-2014
	Valor (AL)	Peso	Valor	Peso	Valor
Imobilizado	35.732.527,04 €	96%	37.748.351,16 €	97%	-2.015.824,12 €
Investimentos Financeiros	509.586,38 €	1%	118.413,00 €	0%	391.173,38 €
Existências	73.894,54 €	0%	64.140,53 €	0%	9.754,01 €
Dívidas de Terceiros m l prazo	- €		- €		-00 €
Dívidas de Terceiros c prazo	92.937,36 €	0%	496.994,47 €	1%	-404.057,11 €
Disponibilidades	662.730,61 €	2%	360.577,87 €	1%	302.152,74 €
Acréscimos e Diferimentos	56.693,93 €	0%	- €		56.693,93 €
ATIVO LÍQUIDO	37.128.369,86 €	100%	38.788.477,03 €	100%	-1.660.107,17 €
Património	38.182.379,65 €	162%	38.182.379,65 €	151%	-00 €
Reservas Reavaliação	- 31.628,41 €	0%	- 31.628,41 €	0%	-00 €
Reservas Legais	66.949,67 €	0%			66.949,67 €
Doações	158.647,61 €	1%	158.545,85 €	1%	101,76 €
Resultados Transitados	-13.302.889,86 €	-56%	-13.284.655,88 €	-52%	-18.233,98 €
Resultado Líquido do Exercício	- 1.518.862,60 €	-6%	334.748,34 €	1%	-1.853.610,94 €
FUNDOS PRÓPRIOS	23.554.596,06 €	100%	25.359.389,55 €	100%	-1.804.793,49 €
Provisões Riscos e Encargos	967.888,60 €	7%	1.042.906,67 €	8%	-75.018,07 €
Dívidas a terceiros m l prazo	2.465.281,48 €	18%	3.334.751,45 €	25%	-869.469,97 €
Dívidas a terceiros curto prazo	1.518.713,77 €	11%	1.001.100,45 €	7%	517.613,32 €
Acréscimos e Diferimentos	8.621.889,95 €	64%	8.050.328,91 €	60%	571.561,04 €
PASSIVO	13.573.773,80 €	100%	13.429.087,48 €	100%	144.686,32 €
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	37.128.369,86 €		38.788.477,03 €		-1.660.107,17 €

As contas de acréscimos e diferimentos não têm também comparabilidade com as do exercício anterior pelas razões explanadas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Análise de Pessoal

Cabe aqui referir que tal como a Associação de Municípios Portugueses, também o município de Sabrosa "preconiza a definição de um modelo de gestão de recursos humanos municipais, autónomo e responsável, que admite, inclusive, a determinação de um limite de despesas com o pessoal, racionável e equilibrado (...)".

O município de Sabrosa não ultrapassou o limite da dívida total, encontrando-se abaixo do limite de 1.5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida nos três anos anteriores, e revelando não demonstrar nenhuma das situações previstas para saneamento financeiro ou recuperação financeira.



A média das receitas correntes cobradas líquidas foi de 5.486.907€ nos três exercícios de 2012, 2013 e 2014, sendo que as despesas de pessoal totalizaram o montante de 2.751.136€. Em 2013 o município tinha 133 trabalhadores ao serviço, tendo no ano de 2014, 131 trabalhadores.

Análise da Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da autarquia durante o ano de 2014.

Contas	Descrição	Exercício			
		N		N-1	
	Custos e perdas	- €	- €	- €	- €
61	Custos das mercadorias vendidas e das mercadorias	- €	- €	- €	- €
	Mercadorias	341.522,93 €	- €	- €	- €
	Matérias	80.182,74 €	421.705,87 €	106.752,04 €	106.752,04 €
62	Fornecimentos e serviços externos:	- €	1.735.147,26 €	- €	1.627.994,77 €
	Custos com o pessoal:	- €	- €	- €	- €
641+642	Remunerações	2.192.114,72 €	- €	1.889.702,16 €	- €
643 a 648	Encargos sociais	568.342,78 €	2.760.457,50 €	468.210,64 €	2.357.912,80 €
63	Transferências e subs. correntes concedido	- €	249.540,00 €	- €	229.708,02 €
66	Amortizações do exercício	- €	2.979.521,88 €	- €	3.069.345,43 €
67	Provisões do exercício	- €	104.679,87 €	- €	- €
65	Outros custos operacionais	- €	- €	- €	- €
68	Custos e perdas financeiros	- €	20.665,98 €	- €	37.582,71 €
69	Custos e perdas extraordinários	- €	319.886,46 €	- €	187.087,04 €
88	Resultado líquido do exercício.....	- €	1.518.862,60 €	- €	334.748,34 €
	Proveitos e ganhos	- €	- €	- €	- €
	Vendas e prestações de serviços:	- €	- €	- €	- €
7111	Venda de mercadorias	- €	- €	- €	- €
7112+711	Venda de produtos	178.958,84 €	- €	171.598,75 €	- €
712	Prestações de serviços	454.755,57 €	633.714,41 €	478.973,19 €	650.571,94 €
72	Impostos e taxas	- €	721.688,57 €	- €	977.299,84 €
(a)	Variação da produção	- €	- €	- €	- €
75	Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	- €	- €
73	Proveitos suplementares	- €	- €	- €	- €
74	Transferências e subsídios obtidos	- €	4.921.410,50 €	- €	5.378.795,48 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	- €	- €	- €	- €
78	Proveitos e ganhos financeiros	- €	86.023,75 €	- €	2.442,70 €
79	Proveitos extraordinários	- €	709.904,79 €	- €	587.847,11 €

Tal como em anos anteriores, o valor das vendas e prestações de serviços encontra-se abaixo do valor necessário para suportar os custos operacionais, revelando necessidade de alguns ajustamentos, adiados em virtude de os últimos três anos terem sido anos de austeridade e políticas públicas recessivas. Os resultados de 2014 refletem também os ajustamentos necessários ao cumprimento de legislação em matéria de remunerações pagas aos trabalhadores, neste caso, a conta 64 refletiu as obrigações do município de Sabrosa em sede de Orçamento de Estado de 2014. Simultaneamente, como já se referiu, está patente a transição entre quadros comunitários, uma vez que diminuíram as transferências

relacionadas com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e outros fundos estruturais. De salientar a expressão das amortizações do exercício que em 2014 atingiram o valor de 2.979.521.88€.

Resultados Financeiros

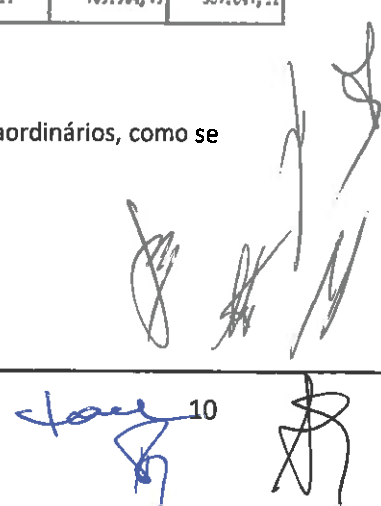
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPERADOS	20.649,98	37.570,72	781 - JUROS OBTIDOS	507,92	403,17
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	16,00	12,00	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	65.357,77	-35.340,02	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	85.814,83	2.039,53
Total	86.023,75	2.442,70	Total	86.023,75	2.442,70

O município de Sabrosa apresenta resultados financeiros de 86.023.75€, valor considerado robusto face à sua dimensão, os custos financeiros são compensados com os proveitos financeiros.

Resultados Extraordinários

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	216.356,65	233.182,49	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	5.556,33	10.750,33
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	-5.410,69	-467.847,22	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	-2.671,70	226.322,58
695 - MULTAS E PENALIDADES	55.149,15	28.736,75	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	6.041,34	1.820,64
696 - ADIANTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	178.156,17	
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	48.391,73	34.443,03	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	177.587,01	10.354,59
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	5.399,61	4.397,61	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	345.233,58	338.599,57
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	390.016,33	754.936,35	Total	709.904,79	587.847,21
Total	709.904,79	587.847,21			

Os custos e perdas extraordinários são compensados pelos proveitos e ganhos extraordinários, como se pode verificar no quadro anterior.



Apresentam-se os seguintes rácios relativos à liquidez geral e autonomia financeira

RÁCIOS	Base de Cálculo	2012	2013	2014	Valores Referência	2014	Média dos Últimos 3 Anos
Liquidez Geral =	$\frac{(a + b + c)}{d}$	74,42%	92,07%	54,62%	110	54,62%	73,71%
a) Existências		46.104,05	64.140,53	73.894,54			
b) Disponibilidades		971.764,47	360.577,87	662.730,61			
c) Dívidas de terceiros a CP		352.195,69	496.994,47	92.937,36			
d) Passivo CP		1.840.923,67	1.001.100,45	1.518.713,77			
Autonomia Financeira =	$\frac{e}{f}$	63,75%	65,38%	63,44%	15	63,44%	64,19%
e) Capitais próprios		25.947.454,24	25.359.389,55	23.554.596,06			
f) Activo Líquido total		40.704.886,55	38.788.477,03	37.128.369,86			

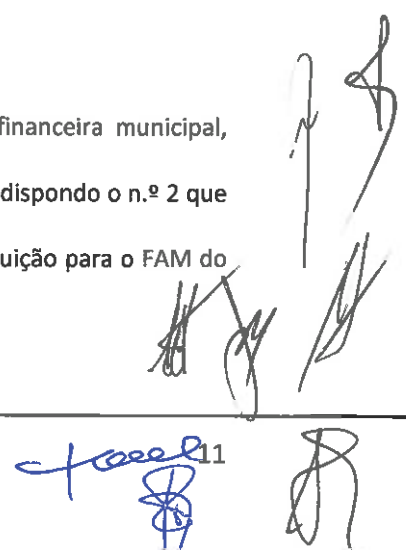
4 DÍVIDA DO MUNICÍPIO

A alteração do regime financeiro modificou a forma de análise da capacidade de endividamento dos municípios. Com a anterior lei das finanças locais, existiam três tipos de endividamento – endividamento líquido, endividamento relativo a empréstimos de curto prazo e endividamento relativo a empréstimos de médio e longo prazos². O regime financeiro em vigor prevê a análise de endividamento através da dívida total, sendo esta a baliza quer para endividamento titulado por empréstimos de curto e/ou médio e longo prazos, quer para dívidas a fornecedores de imobilizado ou conta corrente, ou para outros devedores e credores. Neste sentido, apresentam-se nos pontos seguintes a estrutura da dívida dos últimos três anos e a sua evolução, em função dos respetivos regimes financeiros à data.

Neste ponto parece-nos conveniente mostrar o impacto da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) nas contas do município de Sabrosa.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto regula o regime jurídico da recuperação financeira municipal, estipulando, no n.º 1 do artigo 17º que o capital social do FAM é de 650.000.000€, dispondo o n.º 2 que a contribuição dos municípios é de 50%, isto é, 325.000.000€, sendo que a contribuição para o FAM do

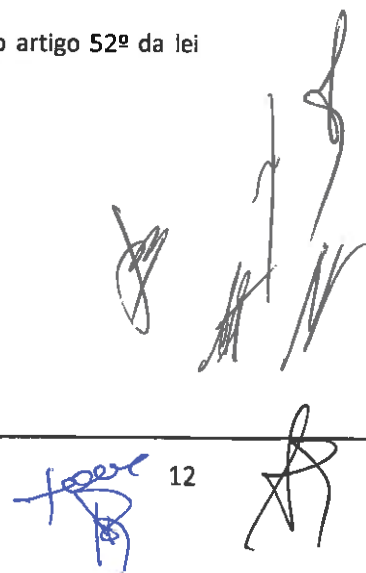
² Lei 2/2007, de 15 de janeiro.



município de Sabrosa é de 391.173,38€. Segundo nota explicativa do Subgrupo de Apoio técnico na aplicação POCAL da DGAL, publicada em março de 2015, “o Orçamento de Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição do município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52º da Lei 73/2013, de 3 de setembro. Não obstante, uma vez que a obrigação de reconhecimento do passivo ocorre em 2014, com a comunicação do montante a subscrever, e considerando ainda que a dívida total a 1 de janeiro de 2015 corresponde à dívida total a 31 de dezembro de 2014, esclarece-se que o montante subscrito no ano de 2014, por razões de comparabilidade, não releva, de igual modo, para o limite da dívida total”. Duas notas relativamente a esta questão: o FAM é contabilizado através da conta 26 – outros devedores e credores. Apesar do FAM ser excecionado, pelo menos em 2014 e 2015, do perímetro da dívida total, e pese embora o facto de ser considerado um ativo, uma vez que se trata de um investimento financeiro classificado na conta 4122 – obrigações e títulos de participação, este facto não altera a realidade de haver um passivo no valor de 391.173.38€ reconhecido em 2014 e de ao longo de 7 anos, de 2015 a 2020, haver necessidade de prever uma despesa com ativos financeiros no orçamento do município de Sabrosa no valor de 55.882.00€/ano.

4.1 Estrutura da dívida

Como se pode verificar através da análise dos dados constantes nos mapas da Direção Geral das Autarquias Locais, correspondentes aos reportes relativos à dívida do município, tem sido registada uma descida significativa da mesma, assim como uma diminuição dos prazos médios de pagamento a fornecedores. O município de Sabrosa observou o limite da dívida total previsto no artigo 52º da lei 73/2013, de 3 de setembro e artigo 97 da lei 83-C/2013 de 31 de Dezembro (OE 2014).



Ficha do Município

SABROSA

Prestação de Contas de
2012

A. Dados entidade:

Área (Km²) 156,93 População (hab.) 6361 Eleitores (n.º) 7269
Pessoal ao serviço (n.º) 146 (4.º Trimestre de 2012)

B. Recetas previstas no âmbito do n.º 1 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais:

1. Impostos Municipais: 764.577,17
 IMI 394.273,12 MT 279.799,11 UC/IMV 90.504,94
ano n-1 ano n-1 ano n-1

2. Derrama 0,00
ano n-1

3. Participação nos resultados do SEL 0,00
ano n-1

4. FEF + IRS 4.593.820,00
ano n ano n

B 1. Limites ao endividamento no âmbito da Lei das Finanças Locais:

Limite Endividamento:

Curto Prazo [(1+2+3+4)*10% LFL] 535.839,72 Médio e Longo Prazo [(1+2+3+4)*100%] 5.358.397,17
 Endividamento Líquido [(1+2+3+4)*125%] 6.697.996,46

C. Limites ao endividamento da autarquia para o ano corrente (Lei do Orçamento do Estado):

Limite Endividamento:

Limite EL2012 (art.º 66.º OE/2012) 4.670.335,83 Limite EMLP2012 (art.º 66.º OE/2012) 3.875.318,02

D. Endividamento líquido e de médio e longo prazos da autarquia:

(em euros)

Data de reporte	Limites ao endividamento 2012		Endividamento				Capital em dívida excepcionado	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido (Sem Excepcionado)	Activos financeiros	Passivos financeiros	Médio e longo prazos	Empréstimos	Dívida à EDP
	1	2	3	4	5	6	7	8
01-01-2012	4.670.338	3.875.318	4.670.336	1.758.971	7.737.899	3.284.490	1.308.592	
Prestação de			3.402.880	1.501.449	6.086.504	2.783.284	1.192.174	

Data de reporte	Excesso de Endividamento		Margem de Endividamento		Variação no excesso de endividamento	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos
	9-3-1	10-6-2	11-1-3	12-2-6	(01-01-2012 versus Prestação de Contas)	
01-01-2012			0	590.828		
Prestação de Contas			1.267.455	1.092.034		

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2012)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 7.477.744 PMP 331 dias
 2. Aquisição acumuladas 2.060.689
 3. Último PMP publicado 331 dias (31/12/2012)

PMP superior a 90 dias

Ficha do Município

SABROSA

Prestação de Contas de
2013

A. Dados entidade:

Área (Km²) 156,93 População (hab.) 6361 Eleitores (n.º) 7269
Pessoal ao serviço (n.º) 133 (4.º Trimestre de 2013)

B. Receitas previstas no âmbito do n.º 1 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais:

1. Impostos Municipais: 656.930,42
 IMI 288.352,17 ano n-1 IMT 290.724,78 ano n-1 IUC/IV 77.853,47 ano n-1
 2. Derrama 0,00 ano n-1
 3. Participação nos resultados do SEL 0,00 ano n-1
 4. FEF + IRS 4.593.820,00 ano n ano n

B 1. Limites ao endividamento no âmbito da Lei das Finanças Locais:

Limite Endividamento:

Curto Prazo [(1+2+3+4)*10% LFL] 525.075,04 Médio e Longo Prazo [(1+2+3+4)*100%] 5.250.750,42
 Endividamento Líquido [(1+2+3+4)*125%] 6.563.438,03

C. Limites ao endividamento da autarquia para o ano corrente (Lei do Orçamento do Estado):

Limite Endividamento:

Limite EL2013 (art.º 98.º OE/2013) 4.670.335,83 Limite EMLP2013 (art.º 98.º OE/2013) 5.250.750,42

D. Endividamento líquido e de médio e longo prazos da autarquia:

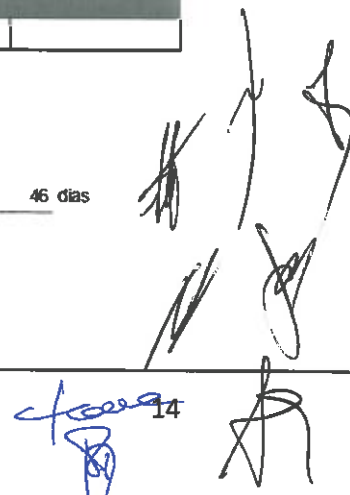
(em euros)

Data de reporte	Limites ao endividamento 2013		Endividamento				Capital em dívida excepcionado	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido (Sem Excepcionado)	Activos financeiros	Passivos financeiros	Médio e longo prazos	Empréstimos	Dívida à EDP
	1	2	3	4	5	6	7	8
01-01-2013	4.670.336	5.250.750	3.402.880	1.501.449	6.086.504	2.783.284	1.192.174	
Prestação de			2.227.155	990.984	4.335.852	2.217.039	1.117.713	

Data de reporte	Excesso de Endividamento		Margem de Endividamento		Variação no excesso de endividamento	
	Líquido 9=3-1	Médio e longo prazos 10=6-2	Líquido 11=1-3	Médio e longo prazos 12=2-6	Líquido (01-01-2013 versus Prestação de Contas)	Médio e longo prazos
01-01-2013			1.267.455	2.467.466		
Prestação de Contas			2.443.181	3.033.712		

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2013)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 3.584.528 PMP 46 dias
 2. Aquisição acumuladas 7.154.075
 3. Último PMP publicado 46 dias (31/12/2013)



Ficha do Município

SABROSA

4.º Trimestre de 2014

A. Dados entidade:

Área (Km²) 156.93 População (hab.) 6361 Belores (n.º) 7269

(4.º Trimestre de 2014)

Pessoal ao serviço (n.º) 131

B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.464.646	4.774.701	6.221.372	16.460.720	5.486.907

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2014 (1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total

8.230.369,76

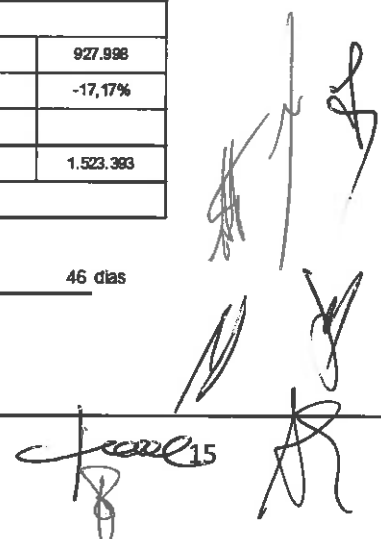
D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SIM/AM/SEL/Ent. Part.	Dívida Total	Dívida Total Excluído Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
8.230.360	01/01/2014						
	4.335.852	279	4.336.131	4.334.615		3.895.745	779.149
	31/12/2014						
	3.592.822		3.592.822	3.590.371		4.639.989	927.998
	Variação da Dívida %						-17,17%
	Variação do Excesso da Dívida %						
	Utilização da Margem Disponível						1.523.393

E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2014)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 2.275.778 FMP 46 dias
 2. Aquisição acumuladas 4.509.199
 3. Último FMP publicado 46 dias (31/12/2013)



15

4.2 Evolução da dívida

Em termos da evolução da dívida total a terceiros, nos últimos três anos houve uma diminuição da dívida titulada por empréstimos de médio e longo prazos assim como das dívidas a fornecedores e a outros devedores e credores:

Dívida	Empréstimos	Fornecedores	Outros devedores e credores (excluindo o FAM)	Dívidas não orçamentais	Total (incluindo operações n orçamentais)	Varição da dívida	Total dívida excluindo operações n orçamentais	Varição da dívida orçamental excluindo n orçamentais
31-12-2012	3.975.458,01 €	1.214.174,93 €	241.086,79 €	385.661,95 €	5.816.381,68 €		5.430.719,73 €	
31-12-2013	3.334.751,45 €	671.045,50 €	16.796,45 €	313.258,50 €	4.335.851,90 €	-25%	4.022.593,40 €	-26%
31-12-2014	2.838.459,83 €	403.484,85 €	34.144,63 €	316.732,56 €	3.592.821,87 €	-17%	3.276.089,31 €	-19%

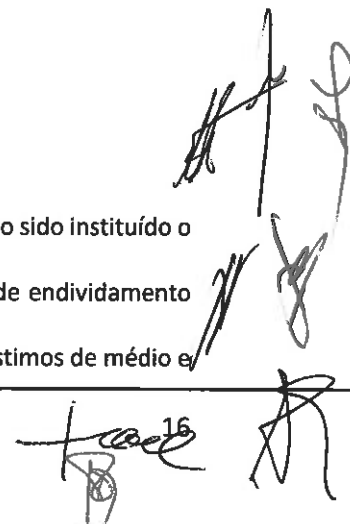
Dívida	Empréstimos	Fornecedores	Outros devedores e credores, incluindo o FAM	Dívidas não orçamentais	Total (incluindo operações n orçamentais)	Varição da dívida	Total dívida excluindo operações n orçamentais	Varição da dívida orçamental excluindo n orçamentais
31-12-2012	3.975.458,01 €	1.214.174,93 €	241.086,79 €	385.661,95 €	5.816.381,68 €		5.430.719,73 €	
31-12-2013	3.334.751,45 €	671.045,50 €	16.796,45 €	313.258,50 €	4.335.851,90 €	-25%	4.022.593,40 €	-26%
31-12-2014	2.838.459,83 €	403.484,85 €	425.318,01 €	316.732,56 €	3.983.995,25 €	-8%	3.667.262,69 €	-9%

Nos últimos dois anos houve uma diminuição de mais de 2.000.000€ de dívida relativa a empréstimos de médio e longos prazos e fornecedores, tendo aumentado a dívida relativa a outros devedores e credores por via da imposição legal do reconhecimento em 2014 do Fundo de Apoio Municipal, imposto pela administração central, no valor de 391.173.38€.

Foram desagregados os valores relativos a empréstimos de médio e longos prazos de forma a ser perceptível a componente dos mesmos a pagar no curto prazo no médio e longo prazos.

4.3 Evolução da Capacidade de Endividamento

Como foi referido, o regime de crédito e de endividamento municipal foi alterado, tendo sido instituído o Limite da dívida total previsto no artigo 52º do RFALEI, abandonando-se o conceito de endividamento líquido e de limites de endividamento relativos a empréstimos de curto prazo e empréstimos de médio e



longo prazos. Assim, segundo o n.º 1 do supracitado artigo, a dívida total das operações orçamentais do município não pode ultrapassar, no final de cada ano, 1.5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O limite legal da dívida total de operações orçamentais para o município de Sabrosa relativo ao ano de 2014 foi de 8.230.359.76³, sendo que o montante da dívida total efetivamente incorrida pelo município foi de 3.983.995€, valor que inclui o Fundo de Apoio Municipal imposto por lei.

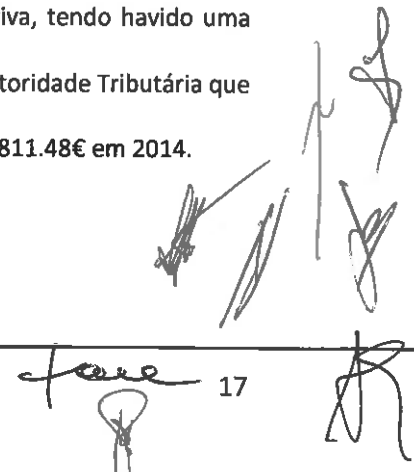
Atendendo às alterações legais não é possível proceder de forma direta à comparação da evolução da capacidade de endividamento, uma vez que os tipos legais de endividamento foram alterados.

Por fim, relativamente à análise da dívida do município de Sabrosa em 2014 e ao cumprimento dos preceitos legais relativos à mesma, importa sublinhar que o Orçamento de Estado de 2014 (Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro) previa, no artigo 94º, n.º 5, que a variação da receita do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) deveria ser aplicada “ Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o aumento de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, é obrigatoriamente utilizado nas seguintes finalidades:

- a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal (FAM)
- b) Pagamento de dívidas a fornecedores registados no SIAL a 30 de agosto de 2013;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

No município de Sabrosa a variação da receita líquida relativa ao IMI foi negativa, tendo havido uma diminuição da mesma, tal como se pode verificar pelas certidões emitidas pela Autoridade Tributária que se anexam. A receita líquida relativa ao IMI foi de 463.829.29€ em 2013 e de 458.811.48€ em 2014.

³ Ver dados aqui reproduzidos da ficha do município de 2014 – DGAL.



Essa informação é corroborada em comunicação eletrónica remetida pela Autoridade Tributária ao município de Sabrosa, anexa a esta prestação de contas, em 4 de outubro de 2014, referindo que " comunica-se o aumento da receita de IMI resultante da alteração do artigo 49º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho. No cálculo efetuado foi considerada a taxa deliberada para o ano de 2013 e o VPT atualmente averbado na matriz dos prédios abrangidos pelo estatuto supra referido.

A – Receita Total de IMI: 0.00€;

B - Receita de IMI dos prédios urbanos: 0.00€;

C – Receita de IMI dos prédios rústicos: 0.00€.

4.3 Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores:

A dívida a fornecedores tem vindo a diminuir de forma relevante, tendo contribuído para a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores que na prestação de contas de 2014 era de 46 dias. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro uniformizou a forma e o método de cálculo do prazo médio de pagamentos a fornecedores. A Direção Geral das Autarquias Locais monitoriza a evolução deste indicador, publicitando-o, mostrando o cumprimento ou incumprimento por parte dos diferentes municípios. O município de Sabrosa mantém a situação de cumprimento de prazos de pagamento a fornecedores, não tendo registados pagamentos em atraso.